

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº , DE 2012
(do Senhor Arnaldo Jordy)

Requer realização de audiência Pública para que seja ouvido o Procurador Dr. Francisco Sembranelli sobre as ações desenvolvidas pelo Ministério Público sobre o assassinato do ex-prefeito Celso Daniel.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do artigo 24, combinado com o disposto nos artigo 32 e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública com a presença do Sr. Procurador Dr. Francisco Sembranelli , para tratar sobre as ações desenvolvidas pelo Ministério Público sobre a assassinato do ex-prefeito Celso Daniel.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 18 de janeiro de 2002, o então prefeito Celso Daniel foi sequestrado quando saía de uma churrascaria na região dos Jardins em São Paulo.

Segundo informações veiculadas pela imprensa, o prefeito estava em um carro Mitsubishi Pajero blindado, na companhia do empresário Sérgio Gomes da Silva. O carro foi perseguido por outros três veículos.

No bairro do Sacomã, Zona Sul da capital paulista o carro foi fechado e alvejado, conforme depoimento de Gomes da Silva, motorista do prefeito, a trava e o câmbio do veículo não funcionaram. O prefeito foi retirado do veículo e nada aconteceu aos seus acompanhantes.

Na manhã do dia 20 de janeiro de 2002 o corpo do prefeito foi encontrado com onze tiros na Estrada das Cachoeiras, no Bairro do Carmo, em Juquitiba.

A polícia de São Paulo concluiu, em relatório do delegado Armando de Oliveira Costa Filho, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, que seis pessoas de uma quadrilha da favela Pantanal cometeram o crime e que o prefeito tinha sido sequestrado por engano.

Começa aí uma longa história onde é discutido o objetivo do crime, as condições em que o sequestro ocorreu, as falhas no carro – que foi periciado e não foi encontrado nenhum problema.

Após o assassinato de Celso Daniel várias pessoas foram mortas, Dionísio Aquino Severo, Sérgio “Orelha”, Otávio Mercier, Antônio Palácio de Oliveira, Paulo Henrique Brito, Iran Moraes Redua e Carlos Delmonte Printes, eram eles assassinos do prefeito, garçon, agente funerário, legista, testemunha da morte do garçon entre outros.

A família de Celso Daniel não aceitou o resultado do processo e sempre disse que o crime tinha motivação política. Em 5 de agosto de 2002 o Ministério Público de São Paulo solicitou a reaberta das investigações sobre o sequestro e assassinato do prefeito. Em agosto de 2010 a promotora Eliana Vendramini, responsável pela investigação e denúncia que apura o assassinato sofreu acidente automobilístico, após ser repetidas vezes abordado por outro carro.

Apesar de todos acharem que o crime estava resolvido, a imprensa continuou investigando o caso, com a família da vítima. O promotor Francisco Cembranelli provou que o crime foi político e acusou o réu Marcos Roberto Bispo dos Santos de participação no sequestro seguido de assassinato.

O caso Celso Daniel voltou esta semana a tomar conta da mídia impressa. É importante que o promotor possa comparecer na Comissão de Legislação Participativa para explicitar sobre as ações que estão ainda sendo desenvolvidas sobre o assassinato de Celso Daniel.

Face aos fatos acima relatados, venho solicitar o apoio dos membros desta Comissão para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Reuniões, em de de 2012.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA